



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DA EDUCAÇÃO

Círculo

À
SECRETARIA REGIONAL DA EDUCAÇÃO
DA REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
Palácio do Governo
Avenida Zarco
9004-528 Funchal

N/REF. 27/FNE/2005 – Porto, 3 de Novembro de 2005

Assunto: Reenvio do texto de Pré-Aviso de Greve

Exmos. Senhores,

Devido a um lapso dos nossos serviços administrativos, foi ontem, 2 de Novembro, enviado por correio registado a V. Ex.^{as}, o texto incompleto do nosso Pré-Aviso de Greve, para o próximo dia 18 de Novembro de 2005.

Com o nosso pedido de desculpas, junto enviamos, por telecópia e por correio azul, a versão completa que deve ser considerada.

Com os melhores cumprimentos.

João Dias da Silva
Secretário Geral da FNE

SECRETARIA REGIONAL DE EDUCACA
Gabinete do Secretario

Entrada	PROCESSO(S)	DATA
5606	1.70.2	2005/11/0



FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SINDICATOS DA EDUCAÇÃO

Ao Ministério da Educação
Ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Ao Ministério da Saúde
Ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
Ao Ministério da Defesa Nacional
Ao Ministério da Justiça
Ao Ministério da Agricultura, Desenvolvimento Rural e das Pescas
Ao Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
A todos os órgãos e serviços da Administração Pública
Aos Institutos Públicos com Autonomia
À Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo
À Associação Portuguesa do Ensino Superior Privado
À Associação dos Colégios com Contrato de Associação
À Associação Nacional de Ensino Profissional
À Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade
À União das Misericórdias Portuguesas
À Secretaria Regional de Educação e Ciência da Região Autónoma dos Açores
À Secretaria Regional dos Assuntos Sociais da Região Autónoma dos Açores
À Secretaria Regional de Educação da Região Autónoma da Madeira
A todas as entidades interessadas

PRÉ-AVISO DE GREVE

18 de Novembro de 2005

PROFESSORES EXIGEM RESPEITO!

Nos termos da Lei a FNE – Federação Nacional dos Sindicatos da Educação apresenta o Pré-Aviso de Greve, abrangendo todos os Docentes de todos os graus de ensino, com base nos seguintes fundamentos:

O Ministério da Educação tem vindo a manter uma política de apresentação sucessiva de medidas avulsas, determinadas sem qualquer auscultação das organizações sindicais, numa clara demonstração de falta de orientação em termos de política educativa e de total ausência de espírito negocial.

O Ministério da Educação tem procurado, numa atitude aparentemente conseguida, impressionar a opinião pública, através do anúncio de medidas que não fazem mais do que repetir práticas que já se realizavam em inúmeras escolas. Com esta atitude, o Executivo quer fazer passar a ideia de que os professores portugueses são uma classe aparte, bem paga, cheia de privilégios, que ainda por cima não quer trabalhar! Por isso, nada melhor do que pôr os educadores de infância e os professores dos ensinos Básico e Secundário, o mais tempo possível nas escolas, num número de horas arbitrário, à vontade de cada conselho executivo, com uma função de guarda de meninos/alunos.

É neste quadro que se tem assistido à utilização abusiva, arbitrária e discricionária da componente não lectiva dos horários dos docentes, tantas vezes sem ter em conta o tempo de que o professor necessita para preparar as suas aulas, e muitas outras vezes sem ter em consideração a especificidade de cada formação profissional conseguida, admitindo que, sendo-se professor, se está preparado para trabalhar com qualquer grupo de alunos.

É claro que sobre os professores e educadores portugueses se tem abatido um fortíssimo ataque que pretende atingir aspectos essenciais da sua profissionalidade e liquidar direitos fundamentais inscritos no seu estatuto de carreira, o qual tem sido sistematicamente desrespeitado.

Também se tem mantido à margem de qualquer negociação o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, quando se assiste a uma crescente precarização das relações contratuais dos docentes deste grau de ensino, sucedendo-se despedimentos e rescisões contratuais no sector público, agravados pela inexistência do subsídio de desemprego, um direito consagrado constitucionalmente.

É neste contexto e com o objectivo de inverter a situação e de exigir respeito pelos professores e educadores que a FNE – Federação Nacional dos Sindicatos da Educação – convoca uma Greve Nacional dos Professores e Educadores para o dia 18 de Novembro de 2005, entre as zero e as vinte e quatro horas.

Os professores e educadores portugueses exigem nomeadamente que o Despacho 17387/2005, de 12 de Agosto seja corrigido, e exigem que sejam respeitados os professores e educadores na aplicação do Despacho 16795/2005, de 3 de Agosto. Estes despachos estão a provocar situações de grande instabilidade no funcionamento dos estabelecimentos e de grande descontentamento na classe docente, provocando fortes tensões dentro da escola que não contribuem para que esta cumpra a sua função

principal num clima de serenidade que é indispensável à promoção da qualidade. Os professores e educadores portugueses exigem ainda a contagem integral do seu tempo de serviço, opõem-se ao agravamento dos requisitos exigidos para a aposentação e contestam a liquidação de direitos sociais e profissionais plenamente justificados pelo exercício de uma profissão muito desgastante, quer física quer psicologicamente.

Por fim, exigem do Governo e do Ministério da Educação respeito pelas regras democráticas de diálogo e negociação com as organizações sindicais.

No dia 18 de Novembro realizar-se-á, também, uma Manifestação Nacional de Professores e Educadores com o objectivo de dar uma expressão ainda mais visível ao profundo descontentamento que afecta os professores.

Porto, 2 de Novembro de 2005

Ø Secretariado Nacional

João de Deus